

## Reunião Ordinária de 19 de dezembro de 2016

Elaborada para cumprimento do disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 57.º da Lei  
75/2013 de 12 de Setembro

### Ata n.º 73

-----Aos dezanove do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Lousada, edifício dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Lousada, sob a Presidência do Sr. Presidente da Câmara **Dr. Pedro Daniel Machado Gomes, Dr. Carlos Manuel Nunes** em virtude do pedido de substituição apresentado pelo **Dr. Leonel Domingos Reis Vieira da Silva, Dr. Manuel António da Mota Nunes, Dr.ª Cristina Maria Mendes da Silva Moreira, Dr.ª Maria Cândida Peixoto Gonçalves de Amorim Novais, Dr. António Augusto dos Reis Silva**, com a presença da Coordenadora Técnica Armanda Paula de Meireles Ferreira em substituição da Diretora do Departamento de Administração e Finanças, que a secretariou. -----

-----Eram quinze horas quando o Sr. Presidente deu como aberta a reunião.-----

### **I.PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**O Sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar colocou as seguintes questões:-----**

*"Li uma entrevista de quem está a gerir o ténis, fiquei surpreendido com algumas declarações, porque acusa directamente o Município. Gostava de saber qual a vossa opinião, porque eu tenho a minha e quando se fez aquele pavilhão não foi só para o ténis."*-----

*Montaram a tenda nas Pocinhas, suponho que o tipo de venda é o comércio local, o que tenho observado é que não tem grande afluência, gostava de saber qual é o propósito da tenda, se está afeta à ajuda de alguma instituição? Qual é o objetivo principal?*-----

*Acho que devíamos ter sido informados que ía estar cá o Sr. Ministro da Educação e vi isso na imprensa, vi também o tipo de apoio contratualizado relativamente às escolas em causa.*-----

*Há dois clubes que mereceram a aprovação das candidaturas dos sintéticos, gostava de saber se temos novidades relativamente ao tipo de apoio, fiquei contente porque a aprovação e duas candidaturas é muito bom.*-----

**O Sr. Presidente referiu:**-----

*“Relativamente à visita do Senhor Ministro da Educação, confirmei com o meu Chefe de Gabinete que o convite foi enviado para o vosso email.”*-----

**A Srª. Vereadora Drª. Cândida Novais fez a seguinte observação:**-----

*“Queria enaltecer o trabalho e o voluntarismo e preocupação dos funcionários da Autarquia em celebrar mais um Natal e a criar pelas bases uma cultura de Instituição e de proximidade e que é muito saudável e esteve patente no jantar, o que engrandece, a Instituição. Queria deixar esse reconhecimento público do voluntarismo que já é de longa data e que se tem concretizado nestes últimos anos e que demonstra que temos excelente colaboradores e excelentes pessoas na Autarquia.*-----

*Queria ainda deixar outro reconhecimento público em relação ao Conservatório do Vale do Sousa. Mais uma vez vamos assistir a um trabalho que vai ser visível para a Comunidade e para a Região, e como defendo há longa data o Conservatório é a nossa pérola, tem que ser muito estimada, reconheço que para os pais, alunos, professores, funcionários e para todos nós é uma grande conquista, é exteriorizar o trabalho que tem sido feito ao longo destes últimos anos.*-----

*Em relação à visita do Ministro da Educação, não é pelo convite porque teria de declinar, porque estive na escola mas gostava de saber se o Sr. Ministro visitou a EB 2.3 e se tinha alguma intenção na sua agenda de se preocupar com as questões problema e não só mostrar a parte mais agradável das questões. Aliás, para que se registre, não sei até que ponto é que aquelas filmagens podiam ser passadas, mas isso é uma questão das televisões ao abrigo da nova legislação da proteção de dados dos direitos das crianças. Isto é outro considerando, mas o Sr. Ministro devia ter acautelado esta situação, mas aqui vai o recado se o quiserem transmitir.*-----

*Por informações colhidas, soube que um funcionário ou funcionária respondeu da seguinte forma aos voluntários que organizaram a Gala do IPO, a ser verdade estou incrédula!*-----

*Pelo que parece o palco utilizado nos bombeiros foi estragado no transporte. Os voluntários que mobilizaram aquela gala foram chamados à Autarquia e chamaram-nos à atenção imputando-lhes a responsabilidade sobre os estragos do palco. Responder a estas pessoas que envolvem um projeto solidários onde*

estiveram presentes imensas pessoas, com um objetivo que nem cabe medir a intensidade do projeto, um funcionário ou funcionária desta Autarquia disse "quem estraga velho paga novo", Sr. Presidente, a ser verdade, nem deviam chamar a capitulo as pessoas, arranjavam o palco e nem punham em causa um trabalho voluntário de meses.-----

**Em relação às questões colocadas o Sr. Presidente esclareceu o seguinte:-----**

"Começando pela questão do ténis, também eu fiquei incrédulo com o teor da notícia e com as afirmações produzidas por um funcionário da Associação de Ténis do Porto. Vou enviar um email a dar nota desse meu descontentamento ao Sr. Presidente da Associação de Ténis do Porto e pedir esclarecimentos, porque o que consta daquela notícia é grave e não corresponde à realidade.-----

Até poderia perceber uma das questões, se tivesse sido colocada por outra pessoa e noutro contexto que não aquele, e que tem que ver com a aspiração que o Lousada Ténis Atlântico tem de aquele pavilhão ficar afeto apenas ao ténis. Essa aspiração resulta do facto de o projeto inicial do complexo desportivo prever um pavilhão exclusivamente para o ténis. Sucede que, como já foi explicado por diversas vezes, não foi possível ao longo destes anos garantir o financiamento comunitário para uma estrutura dedicada apenas ao ténis. E, confesso que estava a ver já muito difícil concretizar a curto prazo um pavilhão com aquela dimensão, até que apareceu a oportunidade do overbooking. Arriscamos e conseguimos fazer uma grande obra, mas num contexto completamente diferente, ou seja, para a obra ser passível de ser financiada teria que ter um cariz polidesportivo.-----

Na altura tivemos que nos munir de pareceres favoráveis de Associações e Federações de outras modalidades, nomeadamente do basquetebol, andebol, e de mais duas ou três modalidades, e os pareceres que deram foi no sentido de que era extremamente necessário e positivo para Lousada ter mais um espaço adequado para a prática das respetivas modalidades. Foi nesse contexto que o Sr. Secretário de Estado do Desporto deu o seu parecer favorável e sem isso a CCDR-n não teria aprovado aquela candidatura. Não obstante, como sabíamos também da aspiração do Lousada Ténis Atlântico e do interesse estratégico que tem para Lousada a criação de condições para que esta modalidade cresça cada vez mais, tivemos uma atitude de discriminação positiva para com o ténis, porque dos quatro campos de jogos, três ficaram afetos ao ténis. Na minha perspetiva, logo que haja condições orçamentais para o efeito, deverá ser construído um outro pavilhão independente, no espaço contíguo, com funções polidesportivas. Com a construção desse novo pavilhão, o quarto campo do atual pavilhão ficará igualmente afeto ao ténis. Mas isso não pode acontecer já, não só pela questão orçamental, mas também porque as regras dos fundos comunitários obrigam-nos a que, pelo menos num período de cinco anos, não se alterem os pressupostos que estiveram subjacentes à candidatura. Só não percebe isto quem não quiser perceber. Na minha perspetiva, o Lousada Ténis Atlântico tem todas as razões para estar satisfeito, uma vez que passou a ter ao seu dispor três campos de ténis cobertos, nesta fase, quando não era espectável

que isso viesse a acontecer a curto prazo, antes de aparecer as candidaturas ao overbooking.-----

*Fiquei completamente incrédulo com aquele tipo de abordagem! Eu percebo que as pessoas aspirem a ter cada vez melhores condições, mas não se pode atropelar tudo e todos e, no caso em concreto, nós não podemos de maneira nenhuma atropelar outros clubes e outras modalidades que têm os mesmos direitos e as mesmas aspirações que o ténis. Com isto não estou de maneira nenhuma a desvalorizar o interesse que tem para Lousada o ténis, mas tem que haver algum equilíbrio. Portanto, vou pedir esclarecimentos, até porque é referido na notícia que se deixaram de realizar eventos pelo facto de aquele campo estar a ser utilizado por outras modalidades, o que nos surpreende e não corresponde à verdade. Isto é uma falsa questão, porque qualquer evento que se queira fazer lá e que tenha interesse para o concelho, sendo atempadamente articulado connosco, nós criamos condições para que o evento se faça. Como é óbvio, não teria sentido estar ali a decorrer um evento desportivo de ténis e estarem ao lado a jogar futebol de salão ou basquetebol. Com toda a certeza que arranjamos condições, mas é necessário que esses eventos e as respetivas datas sejam prévia e atempadamente articuladas connosco.”-----*

**O Sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar continuou a intervenção:-----**

*“O que eu acho de mais grave naquela notícia é que é dito que Lousada está a perder eventos nesta área por má gestão do parque de jogos. Quem gere é a Câmara e gere mal.-----*

*Isso tem de ser esclarecido. Não se pode dizer estas coisas e ficar tudo como estava. Aliás, eu já falei deste assunto na reunião de Câmara.-----*

*Ele pode ser funcionário, mas acha que é quem gere, já tivemos aqui uma discussão de ideias sobre o ténis precisamente por causa deste tipo de situações, agora há uma acusação séria e grave.-----*

*O basquete também não está contente mas tem que se aguentar. Dizem que o barulho do basquete incómoda a trajetória das bolas.-----*

**O Sr. Presidente referiu:-----**

*“É absurdo, mas parece que o referido funcionário entende que só haveria uma boa gestão se os quatro campos estivessem desde já afetos ao ténis! Como já referi, na realização de eventos desportivos é possível acautelar o interesse da utilização exclusiva pelo ténis. Já no que se refere ao dia-a-dia, admito que o ideal seja a prática do ténis em absoluto silêncio, mas não sendo isso possível, têm que se adequar às circunstâncias do caso. Entre ter condições para praticar ténis em campo coberto com algum barulho e não praticar, a opção é dos praticantes e do clube.”-----*

**O Sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar prosseguiu:-----**

*“Fiquei excelente a parceria que eles fizeram, não tinham outras condições, esta é a minha opinião. Quando a acusação é que alguém está a gerir mal, eu enquanto Vereador nesta Câmara tenho que perceber se é ele que tem razão ou se é o Sr. Vereador. Isto é isso que eu gostava de ver esclarecido.”-----*

**O Sr. Presidente acrescentou:-----**

17

*“Vou pedir esclarecimentos e mostrar o meu profundo descontentamento com esse tipo de afirmações, mas os factos são estes.”-----*

*Relativamente à tenda da praça das Pocinhas, ela destina-se a albergar mais do que um evento. O que está a decorrer neste momento é a venda de produtos locais e de artesanato. Estamos a falar dos produtos que são normalmente utilizados nesta época festiva. Temos os produtores locais com os seus produtos agrícolas, vinhos, lacticínios, doces, compotas e também o artesanato.”-----*

**A Sr. Vereadora Drª Cristina Moreira acrescentou o seguinte:-----**

*“Em Dezembro temos a campanha do mês Lousada Natal. O primeiro evento foi Lousada Market que promove o outlet de Natal, destinado ao comércio. O segundo é vocacionado para a gastronomia e focou-se no tronco de Natal. O terceiro é a feirinha de Natal para todos os artesãos e produtores locais com produtos transformados e, sobretudo, produtos que são necessários para a ceia e para o dia de natal.”-----*

*A nossa preocupação tem de ser o comércio tradicional e o que se pretende é animar a vila, pois há um conjunto de outras atividades que fazem com que as pessoas de desloquem ao centro da vila, percorram as ruas e possam vir para o comércio.”-----*

*Nós sabemos que as pessoas que vão comprar algo gostam de ir para um local onde possam comprar várias artigos ou produtos e esta feira tem esse objetivo.----  
A animação da Feira Natal e da Lousada Natal é feita do próprio contributo da Lousada Natal para que haja motivo de festa e as pessoas venham até Lousada e os comerciantes possam vender os seus produtos, nomeadamente o caso das pastelarias, em torno daquilo que foi o tronco.”-----*

**O Sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar adiu:-----**

*“Eu percebo o espírito apenas acho que a envolvência e a forma de se criar ambiente natalício de captação de gente para fazer as suas compras devia ser diferente. Por exemplo, em relação à iluminação, não sei o que é que se passou-  
A iluminação que colocaram é muito triste, e nos outros concelhos foi colocada mais cedo.”-----*

**O Sr. Presidente adiu:-----**

*“A iluminação é idêntica à de anos anteriores e foi contratada com a mesma antecedência. Mas este ano as datas de ligação da iluminação no começo do mês de dezembro já estavam preenchidas há quatro meses atrás. Nós tratamos atempadamente do assunto, mas talvez por se avizinhar um período eleitoral, houve uma procura muito maior que nos anos anteriores.”-----*

*Relativamente aos protocolos da educação, não há novidade nenhuma. Já tinha aqui falado sobre as quatro situações que estavam, aliás, identificadas no mapeamento dos edifícios escolares. O que estava referenciado era a intervenção na EB 2/3 centro, com um milhão de euros de apoio comunitário. A esse investimento acresce 15% que será a contrapartida nacional, sendo que o protocolo prevê que 7,5% seja assumido pelo Estado e 7,5% seja assumido pelo Município, a exemplo do que aconteceu com os outros Municípios.”-----*

Nas outras escolas, nomeadamente EB 2/3 Caíde, Nevogilde e Lustosa está prevista uma quantia que é manifestamente insuficiente para as carências, mas é o valor que está disponível, não havendo outra forma de, neste momento, a reforçar. Nestas escolas estão previstas verbas de 75 mil euros de fundos comunitários, acrescidos dos 15%, o que a meu ver é manifestamente insuficiente. Já transmitimos ao Sr. Ministro a necessidade imperiosa de reforçar estas verbas para o parque escolar. No caso de Lousada, no que é a nossa responsabilidade direta, temos o problema praticamente resolvido, mas há Municípios que têm muito investimento para fazer e que não têm recursos disponíveis no âmbito do Portugal 2020. No âmbito da CIM tem havido essa sensibilização de todas as instâncias, da CCDRN e da tutela, para que havendo uma renegociação do Acordo de Parceria se consiga alocar mais verbas para fazer face a estas necessidades. Cada uma das escolas definiu as suas prioridades, por exemplo Caíde vai intervir sobretudo nos arranjos exteriores, Nevogilde vai dar prioridade à substituição da cobertura, e no caso de Lustosa são intervenções diversas. Numa audiência com a Sra. Secretária de Estado foi-nos dado uma pista que passa por fasear o investimento. No fundo, vamos assumir que esta é uma primeira fase de investimento. Como sabem há uma regra nos fundos comunitários que nos impede de voltar a receber caso os equipamentos já tenham sido objeto de financiamento antes de decorrer um determinado prazo. O que nós vamos dizer é que esta é uma primeira fase e vamos aguardar para podermos ser contemplados com outras fases de investimento.-----

Relativamente à questão dos sintéticos é verdade que o Aparecida e o Caíde foram contemplados com 60 mil euros. Vai ser uma ajuda importante para complementar o investimento que a Câmara Municipal vai fazer. A verba que vier é bem-vinda mas não resolve o problema nenhum caso não houvesse esta aposta da Câmara.-----

Relativamente **ao jantar de natal** é justo esse reconhecimento que a Sra. Vereadora fez e que eu fiz na minha intervenção nesse jantar. Já no ano passado correu muito bem e entendemos que devíamos apoiar aquele grupo de funcionários na realização do evento e tornar o preço o mais reduzido possível, para que não houvesse nenhum funcionário que deixasse de ir ao jantar pelo preço ser impeditivo. Confesso que chegamos a ponderar a possibilidade de a Câmara assumir todas as despesas, mas depois em conversa com este grupo de funcionários achamos que não seria conveniente porque, porventura, perdia-se um pouco o espírito que esteve subjacente àquele jantar. Normalmente aquilo que é dado não é tão valorizado como aquilo que custa qualquer coisa e, sobretudo, não teríamos conseguido envolver, como se envolveu, muitos funcionários na realização daquele evento que correu muito bem. Na intervenção que fiz nesse jantar deixei uma mensagem de agradecimento e de reconhecimento público por esse trabalho e por esse empenho e pelo facto de tantos funcionários terem aderido ao jantar, o que é sinal de união e bem-estar, apesar de todas as dificuldades por que têm passado, porque sabemos que os últimos anos não foram fáceis para a função pública, já que alguns funcionários tiveram os seus vencimentos reduzidos, outros congelados e não houve

progressões e, apesar disso, as pessoas tiveram essa disponibilidade para se associarem a uma festa que correu muito bem.-----

No que tange ao **Conservatório do Vale do Sousa**, hoje é um dia de festa e Lousada vai rumar ao Porto, como aconteceu no ano passado. São mais de 1200 pessoas a encher a sala principal da Casa da Música. É de facto fantástico.

No ano passado foi muito bonito e de facto sentimo-nos orgulhosos quando estamos numa sala como aquela, com aquele ambiente. Não havia forma melhor de fechar o ano para o Conservatório, senão com esta festa naquele sítio fabuloso. É um orgulho para todos nós!-----

Relativamente **à visita do Sr. Ministro**, ele inteirou-se mais da realidade da escola básica de Cristelos, uma vez que na EB 2/3 já tinha o registo das necessidades. A sua vinda foi também para celebrar o contrato de financiamento, pelo que não havia necessidade de se inteirar das situações e dos problemas porque elas já lhes tinham chegado e são elas que justificam que se aprove aquele investimento.-----

Disseram-me que alguém no facebook fez um comentário que "vão intervir nestas quatro escolas mas vão-se esquecer outra vez da Escola da Boavista. Em relação à Escola da Boavista a candidatura já foi apresentada e está em análise, portanto é um processo que está muito mais avançado do que estas quatro escolas. Estas quatro escolas não puderam avançar antes porque dependiam deste contrato com o Governo. Como sabem não é da nossa responsabilidade direta, enquanto que a Escola da Boavista é da nossa responsabilidade direta.-----

**Em relação ao palco** tenho que inteirar-me da situação, mas deve haver algum equívoco."-----

## **2. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**2.1. A Câmara tomou conhecimento do resumo diário da tesouraria referente ao dia dezasseis de dezembro do corrente ano, que totaliza um saldo de três milhões cento e catorze mil cento e sessenta e um euros e trinta e nove cêntimos.-----**

**2.2. Plano Anual de Feiras para o Ano de 2017.**

Analisada a informação n.º 9450/2016, emitida pela Secção de Taxas e Património, datada de 07 de dezembro em curso, que remete para análise e aprovação, de acordo com o Decreto-lei n.º 42/2008, de 10/03, bem como do art.º 9.º do Regulamento Municipal do Funcionamento das Feiras do Concelho, o plano anual das feiras, **deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprová-lo nos termos aí consignados**-----

**2.3. Associação de Municípios do Vale do Sousa- Candidatura NORTE-08-0569-FEDER-000078- Rota do Românico: Património, Cultura e Turismo - Transferência do valor de 16.064,88€.**-----

**Deliberado por unanimidade aprovar a transferência solicitada.**-----

**2.4. Confirmação de benefícios fiscais municipais atribuídos entre 2014 e 2015 - Aprovação da despesa fiscal para concessão de benefícios fiscais municipais até dezembro de 2016 - art.º 196º da LOE 2016.**-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, **propor à Assembleia Municipal a confirmação dos benefícios fiscais concedidos no ano de 2015, pelo reconhecimento do estatuto de "Projecto de Interesse Municipal - PIM, que ascendem a 9.126,60€.**-----

### **3. DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA**

**3.1. Proc. n.º 496/16 (RSP) - Pedido de certidão (cancelamento da constituição do direito de superfície), em nome de Bessa Coelho - Sociedade de Construções, S.A., sito em Várzea, na freguesia da União das freguesias de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga (Despacho proferido pelo Sr. Presidente da Câmara em 13/12/2016).**

Analisada a informação bem como os despachos que recaíram sobre o processo em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, autorizar a extinção do direito de superfície a título gratuito e com carácter temporário, de uma faixa de terreno numa área total de 78,00 m<sup>2</sup>, sendo 45,00 m<sup>2</sup> para a instalação da ETAR, numa faixa de 5,00 m de largura por 9,00 m de comprimento, e 33,00 m<sup>2</sup> para a construção do respetivo acesso, numa faixa de 3,00 m de largura por 11,00 m de

comprimento, relativa aos prédios descritos na Conservatória do Registo Predial de Lousada sob o número 436/20070703-PIAS e o 664/20160308-PIAS com inscrições de aquisição a favor deles através da AP. 12 de 2007/08/02 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo 1357 da União de freguesias de Silveiras, Pias, Nogueira e Alvarenga, o qual teve origem no artigo 356 da extinta freguesia de Pias, e artigo urbano 105-P, tendo ainda sido autorizado o cancelamento da inscrição **AP 1474** de 2009/06/22 da Conservatória do Registo Predial de Lousada, na sequência da extinção daquele direito dado o local já estar servido pelo intercetor de águas residuais e a ETAR construída ter deixado de ser utilizada.-----

#### **4. DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE**

**4.1. Informação n.º 9271/16 – Pedido Novo** - Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar nos art.os 22.º e 23.º do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ERSAR); “Isenção da tarifa de disponibilidade de água” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção total da tarifa de disponibilidade de água por insuficiência económica - Fernando Morais Marinho - Caíde de Rei (Consumidor n.º 18799).-----

**Analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, concordar com o proposto.**-----

**4.2. Informação n.º 315/SCGC/16 – Aprovação do Tarifário do Serviço de Abastecimento de Água e do tarifário do Serviço de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais - 2017**-----

Tendo subjacente a informação n.º 315/SCGC/2016, de 13/12/2016, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, aprovar os tarifários em destaque, que por extensos se dão como reproduzido, por apenso à pasta de apoio ao livro de atas.-----

**Votaram contra os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.**-----  
**O Sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar fez a seguinte declaração:**-----

*“Nós discordamos. E passo explicar porquê: há uma atualização que é fundamentada com a sustentabilidade e autofinanciamento do sistema mas deu para perceber qual é a sustentabilidade e eu não tenho elementos que me permitam perceber. Eu acredito que o sistema está autossustentável, não tenho*

aqui elementos que me permitam perceber se estamos a perder muito dinheiro ou se estamos a ganhar muito dinheiro.-----

Sei que 1.4% é 1.4% mas atendendo à taxa que foi implementada há bem pouco tempo, em que toda a gente que tem um poço está a pagar mais uns 6,00€, 9,00€.”-----

**O Sr. Presidente esclareceu o seguinte:-----**

“Percebo que sem analisar os números não seja possível fazer grandes conclusões. Mas para lhe dar outro conforto na votação, convém esclarecer que a partir do ano passado nós perdemos liberdade na fixação das tarifas e porquê? Porque previamente à aprovação da Câmara temos de sujeitar o tarifário à aprovação da ERSAR e esta entidade reguladora analisa diversos parâmetros, um dos quais a sustentabilidade económica. Se os tarifários não fossem sustentáveis não mereceriam parecer favorável da ERSAR e a Câmara teria de propor medidas para resolver essa falta de sustentabilidade.-----

No saneamento, como sabem, aquilo que nós pagamos à entidade gestora do sistema em alta é considerável e não temos margem para de uma forma responsável congelar os preços. Na água pelo facto de se ter conseguido reverter o processo de fusão, nós temos uma situação mais confortável porque já não vai haver o aumento de preços que estava previsto. Já no saneamento e nos resíduos, se abdicarmos da atualização pela taxa da inflação, vamos ficando para trás, distanciando-nos daquilo que é a tarifa adequada para termos um sistema sustentável e começamos a entrar num processo complicado.-----

A questão que referiu da tarifa de saneamento aplicada a consumidores com poço não tem nada que ver com as atualizações dos tarifários. Trata-se de uma tarifa aplicada a alguns consumidores para repor a justiça, uma vez que havia consumidores que estavam a beneficiar de um serviço sem pagar a devida contraprestação. Estou a falar de consumidores que estão ligados à rede pública de água, mas que têm meios alternativos de abastecimento, nomeadamente poço ou furo, e que estavam a pagar apenas 1 metro cúbico de saneamento, ou pouco mais, porque era esse o seu consumo de água da rede pública, quando na realidade, contando com os meios alternativos de abastecimento, descarregam na rede de saneamento uma média de 10 metros cúbicos. Há cerca de onze anos criamos uma tarifa fixa de saneamento, para o chamado “consumo zero”, que seriam aquelas pessoas que tinham o seu poço ou furo e estavam ligadas à rede pública da água mas não consumiam. Se a casa estava a ser habitada é evidente que a água estava a vir de algum meio. Na altura avançou-se com uma tarifa fixa de cerca de 9 euros. Quando fizemos esta alteração, baixamos essa tarifa fixa para 6 euros e passamos a aplica-la não só aos consumidores de água com “consumo zero” mas também àqueles cujo consumo indicie o uso de meios alternativos de abastecimento, porque, de uma maneira geral, não é normal que uma família consuma apenas 1 ou 2 metros cúbicos de água. A tarifa foi aplicada para criar alguma justiça porque eramos constantemente confrontados com situações de pessoas que nos diziam: “eu não tenho poço porque é que eu pago aquilo que consumo e o meu vizinho que até deita um metro fora de água fora paga menos?” Isso não era justo e em termos

ambientais era um perfeito disparate. Houve assim a necessidade de corrigir esta situação. Esta medida não foi uma tarifa adicional para os consumidores, foi uma tarifa para repor a justiça e para pôr a pagar consumidores que beneficiam do sistema e pô-los a pagar uma tarifa adequada àquilo que é o seu nível de serviço e de maneira nenhuma se destinou a penalizar quem quer que seja. É evidente que depois essas medidas têm de ser afinadas, no caso concreto, porque pode haver perfeitamente diversos consumidores cujo consumo real de água seja um metro. Aliás basta pensar num apartamento que é utilizado de vez em quando e que está apenas ligado à rede pública de água. Mas sabemos também que em grande parte das situações não era isso que acontecia, havia moradias com furo e que as pessoas pagavam apenas uns cêntimos de saneamento e isso não era justo.”-----

**O Sr. Vereador Dr. Carlos Nunes questionou o seguinte:-----**

“Há aqui duas questões que acho que devemos ressaltar. Uma que tem a ver com aquele que é o argumento para o aumento das tarifas nestes serviços que apontam apenas para a sustentabilidade financeira do serviço, é claramente uma opção política e de gestão. No prato da balança podemos ter de um lado a sustentabilidade que nós não temos dados para aferir se de facto este é o argumento e no outro prato da balança podemos ter a visão das famílias que, perspetivando a aplicação destas taxas, no próximo ano ainda serão mais penalizadas com este acerto nas faturas.-----

Não representa um valor substancial mas o que é certo é que nós se compararmos as faturas destes serviços de há poucos anos atrás para aquilo que é hoje a realidade, aí sim, disparou largamente o que é que justifica este disparo, este aumento exponencial dos preços na fatura, nomeadamente a introdução de tarifas de disponibilidade, etc... o que é que justifica isto para a sustentabilidade de um serviço?-----

Depois há aqui também um outro argumento que interessa perceber, ou seja, estamos aqui a falar que nos últimos anos houve um acerto sempre em alta nos tarifários comparativamente há uns anos atrás, o volume de fatura final é considerável, porém não tem havido propriamente um custo exponencial na diferenciação da qualidade da prestação do serviço que justifique tanto estes aumentos.-----

Nesta proposta aquilo que se observa é que estão a olhar apenas para um dos lados que é a sustentabilidade financeira do serviço, desconhecendo nós esses dados por inteiro ou na íntegra se esse é o fundamento. Por outro lado, verificamos que não está a ser olhada a questão das famílias, isto, de facto, implica com o orçamento familiar e de acerto em acerto, cêntimos em cêntimos o que é certo é que depois numa perspetiva mais temporal acaba por ter sempre algumas implicações.”-----

**O Sr. Presidente esclareceu ainda:-----**

“Nos últimos anos os tarifários têm estado estáveis. As tarifas de disponibilidade no fundo vieram substituir as antigas tarifas dos contadores. Nos últimos anos os

acertos que têm existido são feitos pela mera inflação e isto tem mesmo que ser em qualquer serviço. É questionável e preocupante quando os acertos são superiores à inflação. Mas se nós não acompanharmos a evolução da inflação é evidente que, mais ano menos ano, acabamos por ter problemas de gestão e de sustentabilidade económica.-----

Julgo que relativamente ao saneamento esta proposta não vai penalizar de maneira alguma os consumidores porque estamos a falar de um acerto da inflação.-----

Volto a insistir que a Câmara tem feito um esforço tremendo para aliviar a carga fiscal das famílias, mas aquilo que são serviços têm que ter a contraprestação sob pena de depois entrarmos num processo muito difícil de gerir, insustentável. Têm é que ser criados mecanismos para ajudar aqueles que mais precisam e nisso fomos pioneiros, ao aprovarmos tarifários sociais, abdicando das tarifas de disponibilidade, perante aqueles que nós consideramos que estão em maior dificuldade. Criamos também no ano passado uma novidade que foi um tarifário especial para famílias numerosas e estamos sensíveis a todas estas situações, mas nunca podemos perder de vista que teremos sempre que acompanhar a evolução da inflação.”-----

**O Sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar concluiu:-----**

“Nós votamos contra, essencialmente porque o único critério que nos apresenta para o aumento de 1,4% tem que ver com a sustentabilidade do sistema, Sustentabilidade essa que não conseguimos aferir, sobretudo porque há aqui vários aspetos que podem influenciar a sustentabilidade. Não é só porque para o ano vai haver uma inflação 1,4% temos de acompanhar a inflação para se manter o nível de faturação.-----

Era bom fazermos um debate sobre o número de fogos ou de casas ou de pessoas que ainda não ligaram à rede e saber onde se pode economizar e despesa neste sistema. Há um conjunto de circunstâncias ou de situações que porventura podem até de forma muito mais sustentável garantir esta rede de sustentabilidade, peço desculpa pela redundância, mas parece-me que o que está a ser feito é o fácil, é verdade que existe um conjunto de mecanismos para quem tem dificuldades mas o problema é que por este andar temos as despesas aumentadas não só da água mas de todas as áreas. Cada vez mais há mais pessoas a precisar, por isso nós votamos contra. Percebo a vossa posição mas nós entendemos que devia haver um estudo, um trabalho a ser feito para evitar isto.”-

**Sr. Presidente finalizou:-----**

“Nós votamos a favor, por tudo aquilo que acabei de dizer e porque, contrariamente àquilo que diz, neste momento não há condições para nós melhorarmos ainda mais a eficiência do serviço. Está previsto essa melhoria, mas implica um investimento muito avultado, pelo que estamos a aguardar a possibilidade de apresentar uma candidatura ao POSEUR, logo que seja possível, para a telegestão, que nos vai permitir por exemplo diminuir as perdas de água, e para reduzir as infiltrações nas redes de saneamento. Quando chove o volume de

*saneamento que chega à ETAR é assustador e porquê? Porque muitos dos nossos concidadãos têm de uma forma involuntária, ou não, ligadas as redes de águas pluviais à rede de saneamento. É um desafio para o futuro que nós estamos a preparar, para nos munirmos das ferramentas necessárias que implica muito investimento. De qualquer modo os tarifários que nós temos estão dentro daquilo que é a média nacional, ou até abaixo disso. Nunca em Lousada houve esse problema de tarifários excessivos, sendo ainda importante referir que no próximo ano as famílias vão ter mais um grande alívio fiscal, com a redução da taxa de IMI que foi fixada no mínimo legal.”-----*

**4.3. Informação n.º 316/SCGC/16 – Proposta de Aprovação do Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos – 2017 -----**

Tendo subjacente a informação n.º 316/SCGC/2016, de 13/12/2016, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, aprovar o tarifário em destaque, que por extenso se dá como reproduzido, por apenso à pasta de apoio ao livro de atas.-----

Votaram contra os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva, com os mesmos fundamentos exarados na votação do Tarifário do Serviço de Abastecimento de Água e do tarifário do Serviço de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais.-----

**4.4. Informação n.º 827/DOMA/16 – “Beneficiação do C.M. 1150 desde a E.N. 207-2 ao Largo da Feira” - Aprovação do Relatório Final e adjudicação da empreitada à empresa “Edilages, S.A.”, pelo valor de 354.763,20 €, acrescidos do respetivo IVA.-----**

Analizada a informação em destaque, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar o relatório final nos termos apresentados.-----

**4.5. Informação n.º 839/DOMA/16 – “Beneficiação da Rua de Santana em Boim até à E.N. 320 em Meinedo - Aprovação do Projeto de Execução.-----**

Depois de analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar o projeto de execução da obra em destaque.-----

**4.6. Informação n.º 840/DOMA/16 – “Beneficiação da E.M. desde a Rua da Igreja (Cernadelo) à E.M. 564-2 (Macieira). – Aprovação do Projeto de Execução.**-----

Depois de analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar o projeto de execução da obra em destaque.-----

## **5. DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO**

**5.1. Proposta para a atribuição de prémios, referente ao Concurso de Estampa “Modelos e Andamento” e Gincana para Cavalos e Póneis, no âmbito da realização da XXII Feira do Cavalo de Lousada.**-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade concordar com a atribuição de prémios proposta.-----

**5.2. Proposta para a atribuição de um subsídio n valor de 22.500,00€ à Associação de Cultura Musical de Lousada, para colmatar despesas decorrentes da organização do Festival da Juventude de Lousada 2016.**---

**Analisada a proposta em apreço deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprová-la.**-----

**O Sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar colocou as seguintes questões:**-----

*“Eu concordo mas precisava de saber se este valor resolve o problema do eventual prejuízo. Pergunto, o que é que se aprendeu com isto, nada? Peço desculpa pela frontalidade mas são 22 500 euros deitados ao ralo. Na minha perspetiva o festival da juventude não teve impacto, não cumpriu os pressupostos para o qual foi criado, percebo e por isso é que sou favorável à atribuição do subsídio porque à associação não teve qualquer culpa, fez o favor ao Município de “pegar” naquilo que ninguém mais quis. Eu tenho que falar nisto porque alertei quando o assunto veio à reunião de Câmara, a um mês ou dois do evento.”*-----

**A Srª. Vereadora Drª. Cristina Moreira explicou o seguinte:**-----

*“O que quer que possamos fazer é intemporal, no entanto posso evidenciar algumas coisas importantes e que justificam a atribuição do subsídio. -----  
O Festival da Juventude não é qualquer tipo de festival, nós temos que seguir uma linha e é mais fácil daqui a 5, 10 ou 15 anos percebermos o que é que se*

passou este ano e percebermos que este ano foi necessário para que o que foi passado e o vai ser o presente continue a existir. -----

A idoneidade e a própria condição da instituição, que foi a primeira vez que fez este festival e continuará a ter a nossa credibilidade. Esta é a Associação com mais capacidade e mais preparação para conseguir dar continuidade ao Festival, o que está em causa não é o festival de 2016, mas o Festival de 2006 e 2026, nós não podemos avaliar o festival num ano só. O Festival em si foi um sucesso, em termos de qualidade de apresentação e de prémios porque foi nomeado para dois prémios Europeus.”-----

**O Sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar perguntou:**-----

“Quais são os principais objetivos do Município em relação ao festival da juventude?”-----

**A Sr.ª. Vereadora Dr.ª. Cristina Moreira esclareceu:**-----

“Um objetivo é festejar o facto de o Lousada ser um concelho jovem. Este Festival é feito para a juventude. Em 2015, foi dada a possibilidade a um grupo de jovens, de através do Orçamento Participativo Jovem, fazerem o seu próprio festival.-----

Outro objetivo é ligado à parte do ensino artístico da música. Posso afirmar que 2016 foi um bom ano para o Festival da Juventude de Lousada porque finalmente está no sítio certo, está no sítio onde há cerca de 500 músicos a ser formados por ano. Neste momento, a ACML tem uma incubadora de músicos, de professores de música, autores, compositores, e fazem parte de grupos e que podem, a médio prazo, dar uma vantagem a este festival, não foi este ano porque não houve tempo.-----

Nós temos a responsabilidade social de criar um evento onde os músicos formados cá possam investir, experimentar e saber como se comportar num festival.”-----

**O Sr. Presidente adiu:**-----

“Acrescentaria que nas próximas semanas vamos ter uma reunião com a ACML para decidir como é que vai ser no próximo ano. Na reunião que tive não quiseram abordar o assunto porque iam entrar num processo eleitoral. Já houve eleições, pelo que vamos falar com a Direção para programar o próximo festival.”-----

**O Sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar prosseguiu:**-----

“Eu concordo com tudo aquilo que disse da ACML não tenho nada a opor.-----  
Na minha opinião, em tudo o que disse, acho que falta um objetivo. Sendo a juventude um dos maiores ativos do concelho de Lousada, tem de ser potenciado daqui para fora. O Festival de Juventude pode ser um fator de exportação e de reconhecimento a nível nacional. A Sr.ª. Vereadora falou em falta de tempo, isso foi aquilo que eu aqui mais insisti quando foi aprovado o concurso. A Sr.ª. Vereadora referiu que o Festival da Juventude foi reconhecido a nível nacional, mas tem que dizer isso aos jovens, porque eles ainda não perceberam isso, a Senhora Vereadora não os convenceu a ir ao Festival. -----

Nós não estamos com capacidade de mobilizar fora do Concelho e muito menos dentro do Concelho e não adianta o Chefe de Gabinete do Sr. Presidente ou o Sr. Presidente da Junta de Cristelos andar nas escolas a pedir para os jovens irem ao festival, não é por aí. Não falo neste assunto por questões políticas, faço-o porque acredito que o Festival da Juventude de Lousada podia ter um impacto superior ao do Rally.-----

Na minha opinião o Município tem que se associar a quem faz festivais a nível nacional, com profissionais neste assunto. A Câmara tem que gastar dinheiro. Normalmente somos contra gastar dinheiro em determinadas festas, não neste caso.”-----

**O Sr. Presidente respondeu:-----**

“Percebo a sua ideia de o Festival vir a ser organizado por quem já organiza outros grandes festivais, mas não é fácil conciliar essa ideia com a ideia de dar primazia ao Conservatório.”-----

**O Sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar acrescentou:-----**

“Eu penso que podemos conciliar as coisas. Os festivais têm crescido muito no nosso país e o primeiro Festival da Juventude de Lousada foi feito antes de 60 ou 70 por cento dos festivais que se fazem agora a nível nacional e todos eles estão com projeção e dimensão e o nosso não. Acho que este evento é muito importante, acho que estiveram sempre numa postura de fazer o festival e gastar o menos possível, para uma festinha caseira, tudo bem, mas não atinge o tal objetivo.-----

Faz sentido trabalhar a sério no festival da juventude e só há uma forma que é relacionarmo-nos com quem coloca os festivais no mapa.-----

Nós temos freguesias a fazer festivais da juventude com mais jovens que no nosso.”-----

## **6. DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, PATRIMÓNIO, CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO**

**6.1. Agrupamento de Escolas Lousada Oeste – Atribuição de um subsídio no valor de €500,00 destinado à Biblioteca da Escola Básica de Figueiras.--**

**Deliberado por unanimidade concordar com o proposto.-----**

**6.2. Proposta de alteração da deliberação de Câmara de 10/11/2016 no que concerne ao número de bolsas de estudo no valor de €450,00.-----**

**Analisada a proposta em apreço, deliberou o órgão Executivo, por unanimidade, alterar a deliberação de 10/11/2016, no que concerne ao**

**número de bolsas de estudo a atribuir no valor de 450,00€, passando de 15 para 16.**-----

**6.3. Aprovação de Lista Definitiva de Atribuição de Bolsas de Estudo**-----

**Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a lista em apreço.**-----

**6.4. Bolsas de Estudo 2016/2017 - Definição da data de entrega das candidaturas à atribuição de bolsas de estudo.**-----

**Depois de analisada a proposta do Sr. Vereador do Pelouro da Educação, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar como prazo para entrega das bolsas de estudo 2016/2016 o período compreendido entre 02/01/2016 e 20/01/2016.**-----

**6.5. Plano Estratégico Educativo Municipal - Submeter à aprovação da Assembleia Municipal**

**Analisado o documento em destaque, deliberou o Órgão Executivo, por maioria aprová-lo e sujeitá-lo a Aprovação da Assembleia Municipal.**-----

**Abstiveram-se os senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.** -----

**A Sr. Vereadora Dr. Cândida Novais teceu os seguintes comentários:**-----

*"Quería perguntar se este plano é um esquiço ou um estudo final? Está previsto fazer algumas alterações? Porque é que neste plano não tem introduzida uma análise PEST? Porque é que não há uma visão dos KPI's, dos Stakeholders e as matrizes de interações entre a educação, a ação social e a empregabilidade visto que tem por base o PAPE o PEDI e o PDS Municipal e supraconcelhio? Porque é que esperamos 24 anos para fazer um Plano estratégico que na minha ótica não passa de um esquiço e que de dinâmico não tem nada e que não tem um eixo fundamental que é o fator e o QPI da empregabilidade e da industria?----*

**O Sr. Presidente esclareceu:**-----

*"Este plano é dinâmico. Esta é uma proposta que traduz a auscultação que foi toda a comunidade educativa, houve centenas de inquéritos e ele verte o pulsar de toda a comunidade educativa, na minha perspetiva não deve ser um plano fechado, há-de ser objeto de monitorização e acompanhamento ao longo dos anos, tem de ser afinado, como aconteceu a Carta Educativa e há um a série de indicadores que influenciam o futuro desses documentos estratégicos, é um documento que parece adequado*

a determinado altura no espaço e no tempo e que fará sentido acompanhar e alterar sempre que se mostrar necessário.”-----

**O Sr. Vereador Dr. Carlos Nunes acrescentou:-----**

“A primeira palavra é uma palavra de agradecimento pela apresentação deste documento, porque até agora nunca houve nenhum. No fundo, este documento é revelador de duas coisas: uma que vem ao encontro daquilo que tem sido a nossa posição em apontar a educação como sector estratégico de desenvolvimento do Concelho e que ao longo deste tempo a Câmara não tinha elaborado qualquer Plano Estratégico, ao fim de 27 anos, 3º, ano de mandato reconheço que este é um documento que merece o nosso agradecimento.

Ao ler este documento, fico com algumas questões, porque ele reveste-se de uma dimensão mais técnica e quase nada política. E esta é a minha grande questão. Este Plano não tem uma visão de futuro para o sector da educação no Concelho. De facto houve um envolvimento da comunidade educativa e de alguns agentes, mas é mais um relatório do que propriamente um documento estratégico. Ele assenta muito num diagnóstico com base em dados de 2011 e está projetado para implementação para o período de 2017/2020. 2011 já foi há cinco anos atrás, esses dados já estão desatualizados. Enquanto documento estratégico não tem esta dimensão de visão mais de futuro, nem em termos demográficos, nem em termos políticos. Quantas crianças vamos ter daqui a 10 anos a frequentar a escola? Ninguém sabe! Mas conseguimos ter uma previsão e podemos projetar a nossa estratégia nessa previsão. Podemos fazer outras análises, há outras matrizes que devem consubstanciar a elaboração deste documento. Em termos técnicos até poderia apontar uma ou outra omissão: não tem uma matriz de responsabilidades clara que identifique quem é que vai executar o quê, qual é o nível de responsabilidade em cada um dos eixos. Não tem um eixo principal que é a ligação da educação à empregabilidade. Não tem uma ferramenta de controlo e de avaliação da execução da própria implementação deste plano.-----

De facto, perspetivar documentos estratégicos no sector da educação do Município com base nos documentos e na análise que me foi facultada fazer, verifico que não está considerada a potencialidade do nosso território, no sentido de o transformar num verdadeiro território educativo. Este potencial do nosso território, até mesmo como potencial educativo deve ser basilar na estratégia do sector da educação, esse potencial não está revelado nesse documento.”-----

**O Sr. Vereador Dr. António Augusto esclareceu o seguinte:-----**

“O documento foi bastante participado, foi elaborado com um conjunto de atores que estão envolvidos; e são profundos conhecedores, do ecossistema educativo de Lousada. Recolheu-se aquilo que são as perspetivas de um conjunto significativo de pessoas enquanto pais, docentes e não docentes, presidentes ou membro das Associações Desportivas, culturais, recreativas, os próprios partidos políticos também foram ouvidos, para além de muitas outras pessoas. O documento começa por fazer uma análise da Educação em

Lousada, partindo daquilo que é a matriz legal, faz ainda uma grande recolha de informação que permite tomar decisões. Quando não tínhamos informação mais recente, tivemos que nos socorrer da informação de 2011, mas há informação mais recente no documento, nomeadamente a informação relacionada com os resultados escolares, etc. Procuramos, juntamente com a Universidade Católica, que fez o acompanhamento técnico do documento, utilizar para cada um dos ângulos de análise, os dados estatísticos mais recentes. Foi feita uma análise swot onde participaram imensos atores, o que permitiu um bom diagnóstico do concelho.

Quando o Sr. Vereador fala da visão, eu compreendo perfeitamente o que diz, eu próprio escreveria mais um conjunto significativo de páginas sobre aquilo que seria a minha visão para a Educação no Município, o problema é que temos um enquadramento legal e nos limita a tomar decisões, a Câmara Municipal não tem autonomia para alterar por exemplo o currículo das escolas. Pretende-se que o documento venha a ser operacionalizado, logo que seja realista. Há um conjunto de ideias aqui vertidas e procuramos, com um conjunto significativo de propostas, aliciar as escolas a aderir. Estas propostas encontram-se plasmadas nos Planos Anuais de Atividades do Município para as Escolas. Estes documentos anuais concretizam a nossa visão, e funcionam para as escolas como propostas a que elas aderem voluntariamente, nós não temos a possibilidade legal, nem queremos dizer às escolas o caminho é este, vocês têm de fazer isto ou aquilo. Mas dentro da nossa visão, dentro daquilo que foi o caminho definido pelos diferentes eixos estratégicos do Plano Estratégico Municipal, temos anualmente um conjunto de propostas que julgamos aliciantes e podem, e vão levar, a comunidade a concretizar os eixos que foram definidos. O Plano Anual de Atividades Municipais para as Escolas deste ano letivo já foi organizado em função dos três eixos definidos, é um plano que cada uma das páginas corresponde a uma proposta do Município para as escolas, é um plano relativamente vasto e que respeita a autonomia das escolas mas também nos permite criar experiências muito significativas para os alunos. Temos três eixos definidos, promoção do sucesso educativo e prevenção do abandono escolar, estes dois estão interligados e um outro que está claramente ligado à empregabilidade que é a qualificação dos adultos.

**A Sr<sup>a</sup>. Vereadora Dr<sup>a</sup>. Cândida Novais retorquiu:**

"Em Lousada vocês responsáveis políticos e à data dos censos de 2011 foram responsáveis por estas medidas."

**O Sr. Vereador Dr. António Augusto explicou o seguinte:**

"O grande problema que aconteceu em Lousada teve início nos anos 80-90, e as coisas a partir daí começam a mudar, o principal indicador que é lesivo para Lousada (nos censos de 2011 e no anterior) tem a ver com os alunos que nessas datas tinham idades entre os 18 e os 25 anos e que não tinham completado a sua escolaridade básica ou secundária, Lousada ocupava os primeiros lugares do ranking nacional, se fizerem as contas vão perceber que o que destruiu a vida

escolar destes jovens foi parte da escolaridade que fizeram, ou que não fizeram, nos anos 80 e 90, porque Lousada nesses anos sofreu uma transformação económica muito significativa em termos industriais. Teve uma indústria que, para o bem e para o mal, era de mão-de-obra intensiva e pouco qualificada, essa indústria concorreu claramente com as escolas na captação de jovens, a própria sociedade era mais tolerante ao abandono escolar do que é hoje. Muitas vezes os miúdos tendo um episódio de insucesso na escola e havendo oferta de trabalho pouco qualificado, optavam por abandonar a escola.”-----

**O Sr. Vereador Dr. Agostinho Gaspar observou:-----**

“Eu concordo em parte, por dois motivos, não é só por haver insucesso escolar, porque isto depende da família e das condições financeiras, mas também pela necessidade de ter um emprego e ajudar no próprio agregado familiar. No entanto houve uma pequena vantagem é que esses jovens que na idade foram trabalhar, embora sem regras ou apoio educacional, aprenderam uma arte e hoje são proprietários das pequenas e médias empresas que existem na região do Vale do Sousa.”-----

No entanto hoje temos um problema muito complicado porque há quem esteja na escola com sucesso e há quem esteja na escola por são obrigados e aos 18 anos não abem fazer nada nem têm o ensino, nem humildade. Não demora uma década a que qualquer um de nós tenha um problema em cada e necessite de um picheleiro, electricista e não tenha quem faça esse trabalho. Os técnico profissionais na escola não funcionam, funcionariam se estivessem envolvidos com as empresas.”-----

Sob o ponto de vista económico a educação tem um papel importante, é fundamental, mas é preciso sensibilizar os jovens no secundário que devem alinhar por cursos e licenciaturas ligados à indústria.”-----

Outro problema é a questão daqueles que com 15, 16 ou 18 anos andam na escola porque são obrigados.”-----

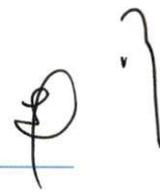
**A Srª. Vereadora Drª. Cristina Moreira pediu para intervir e acrescentou: -----**

“É importante dizer que dentro do PDS (Plano de Desenvolvimento Social) existem três eixos, o eixo do capital humano, capital inclusivo, que insere tudo aquilo que é social e tem o eixo do emprego e desenvolvimento económico, tudo o que disseram que faltava no Plano estratégico está nestes eixos. Os três eixos estão completamente interligados, o diagnóstico é um só em 12 grandes áreas.”-----

Todos temos razão, agora fazemos parte de um processo onde a articulação entre família, escola e empresas não é fácil.”-----

**O Sr. Presidente adicionou:-----**

“O que a Srª. Vereadora está a dizer é verdade mas na prática temos sentidos grandes dificuldades, nomeadamente no âmbito da CIM de fazer convencer estruturas para uma nova forma de agir. Há coisas tão simples como o tipo de cursos profissionais que aparentemente é tão simples, torna-se um problema complicado para obter consensos.”-----



Este problema está identificado há muito tempo a CIM do Tâmega e Sousa foi pioneira neste documento estratégico, foi a agenda da empregabilidade, já foi apresentando ao anterior e ao atual Governo, urge é pô-lo a funcionar. Tem que haver um encontro entre a própria oferta, não faz sentido estar a criar cursos profissionais e universitários se não estiverem vocacionados para as necessidades do mercado.”-----

**O Sr. Vereador Dr. António Augusto acrescentou:-----**

“Vou dar um exemplo que é capaz de encerrar aquilo que estamos todos a dizer. Um dos aspetos que mais me preocupa é o elenco de cursos profissionais que as escolas oferecem, fruto da falta de tradição, fruto dos recursos humanos e físicos que têm. As escolas estão centradas num pequeno grupo de cursos profissionais e, geralmente, são quase sempre os mesmos e muitas vezes são cursos sem grande empregabilidade. Uma das minhas preocupações foi falar com as escolas no sentido de arranjar um solução que, por um lado preservasse os alunos, que os alunos se mantivessem nas escolas, e simultaneamente permitisse que tivessem uma formação em cursos alternativos. Conseguimos com alguns centros de formação e nalgumas candidaturas a possibilidade de termos alunos que eram das escolas que tinham todas as disciplinas da formação sócio-cultural e científica nas escolas e a componente técnica seria feita numa escola profissional de referência. A entidade financiadora paga as viagens e os almoços aos alunos, seria a solução perfeita. Começamos na Escola de Lousada Oeste com o curso de Mecatrónica, recorremos à ATEC. Em alternativa a escola tinha o curso de vitrinismo. A escola esforçou-se para convencer os alunos a optarem por mecatrónica e o primeiro problema foi fixar o número de alunos mínimo. Neste momento estão no 3º. Ano com uns escassos 10 alunos. A escola fez um esforço enorme e no ano seguinte já não conseguimos abrir uma nova turma porque os alunos não quiseram, preferiam o vitrinismo. Onde a empregabilidade será mais fácil e mais bem remunerada, na mecatrónica ou no vitrinismo?”-----

**O Sr. Vereador Dr. Carlos Nunes finalizou a intervenção:-----**

“Este é um exemplo prático daquilo que é projetar a educação para o futuro, aliás, a União Europeia já tem programas implementados até ao nível do ensino da programação no 1º. Ciclo, até há um embaixador deste tipo de ensino.----- Para discordar da Srª. Vereadora, porque estamos a avaliar o Plano estratégico educativo Municipal e eu vejo mais diagnóstico do que estratégia, vejo mais uma avaliação daquilo que hoje temos do que um foco naquilo que pretendemos vir a ter. O meu descontentamento é no sentido de não julgar que o suficiente hoje em dia é o garante para o sucesso de um plano, hoje não temos apenas que fazer, mas temos que fazer com um passo à frente e fazer melhor, temos que nos diferenciar. Qual é o elemento diferenciador que pretendemos ter? Porque os municípios competem entre si e as escolas também. É esta dimensão política que eu não vejo neste documento, e eu acho que é uma crítica positiva. Entendo que este documento deve ser dinâmico, aliás considero que hoje já está



ultrapassado, porque deve ser projetado mais à frente. A minha crítica é construtiva relativamente ao documento apresentado."-----

E nada mais havendo a tratar, foi deliberado encerrar a reunião quando eram dezasseis horas e cinquenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata e eu João Maria Alves Costa a redigi e assino. -----

João Maria  
Costa